

O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e contribuição do CBCISS

The reconceptualization movement in Latin America and its international expressions: critical analysis of the participation and contribution of the Brazilian Center for Cooperation and Interchange in Social Works

Isaura Gomes de Carvalho Aquino*

Aline Pereira Ribeiro Silva**

Pedro Leonardo Cedrola Vieira***

Resumo – O presente artigo visa apresentar análises preliminares de resultado de pesquisa acerca da participação e contribuição do CBCISS no Movimento de Reconceituação da América Latina, no período compreendido entre a década de 1960 até 1980. Sendo o CBCISS uma instituição sem participação direta na formação profissional, protagonizou, quase exclusivamente, não só a organização das produções sobre a sistematização da prática e da formação profissionais, como também foi responsável pela divulgação do material coletado em âmbito mundial. Organizou os seminários de teorização do Serviço Social, dos quais foi estudado, nesta fase da pesquisa, o *Documento de Araxá*, com o objetivo de retomar o Serviço Social na história, através de mediações determinantes, possíveis em face do acúmulo teórico-metodológico produzido pelo Serviço Social na esteira da “intenção de ruptura”.

Palavras-chave: movimento de reconceituação; CBCISS; análise crítica.

Abstract – This article aims to present preliminary analyzes of research results on the participation and contribution of the Brazilian Center for Cooperation and Interchange in Social Works (CBCISS, in Portuguese) in the Latin American reconceptualization movement between 1960 and 1980. The CBCISS is an institution with no direct participation in professional training, but it was, almost solely, not only the organizer of the academic production on the systematization of professional practice and training, but also the responsible for the dissemination of the collected material worldwide. It organized seminars on the theory of social work, of which it was studied in this research a 1967 seminar in Araxá, Minas

* Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *Correspondência:* Rua José Lourenço Kelmer, S/n – Martelos, Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-330. *Email:* <isauraaquino@gmail.com>.

** Graduanda em Serviço Social/UFJF/Bolsista. *Correspondência:* Rua José Lourenço Kelmer, S/n – Martelos, Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-330. *Email:* <alinea98@hotmail.com>.

*** Graduando em Serviço Social/UFJF/Bolsista. *Correspondência:* Rua José Lourenço Kelmer, S/n – Martelos, Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-330. *Email:* <pedrocedrola@hotmail.com>

Gerais. This choice had the purpose of recovering social work throughout history, through determinant mediations, possible in face of the theoretical and methodological accumulation produced by social work in the wake of the “intention of rupture.”

Keywords: reconceptualization movement; CBCISS; critical analysis.

Introdução

Este artigo é a condensação de estudos e análises parciais realizados através de pesquisa de Iniciação Científica do grupo de pesquisa Trabalho, Mercado de Trabalho e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como um subprojeto de pesquisa intitulada *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*. É um projeto coordenado pelo núcleo de pesquisa Estado, Classes Sociais e Serviço Social (Neclatss), da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A pesquisa tem como fundamento teórico-metodológico a apropriação e análise da matéria objeto de estudo, em “[...] suas diferentes formas de desenvolvimento [...]”, de modo que seja viável “[...] rastrear seu nexos interno [...]” (MARX, 2013, p. 90) através de pesquisa bibliográfica e de entrevista semiestruturada.

Portanto, atende aos objetivos de resgatar e analisar criticamente o significado histórico e a contribuição teórica do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), no lapso temporal entre 1960 e 1980, e de ampliar a investigação e a reflexão acerca das particularidades da Reconceituação do Serviço Social brasileiro e as repercussões do movimento na América Latina. Tem por mote contribuir com a sistematização e análise do Serviço Social na história latino-americana e suas interlocuções internacionais.

A investigação gerou dados que, analisados qualitativamente, sustentam a hipótese da pesquisa de que tanto o trabalho do assistente social, quanto a formação profissional são crivados por tensões e projetos sociais distintos. Assim, possuem enfrentamentos historicamente demarcados na busca pela hegemonia, que objetam ou conformam o contexto de modernização conservadora predominante no Brasil, em face da ditadura civil militar.

Devido à gama de material bibliográfico selecionado para a pesquisa de cerca de 340 títulos, entre artigos e livros (o que inclusive impossibilita a citação de todos eles), foi realizado um recorte no objeto de estudo. Elegemos, portanto, o *Documento de Araxá* como premissa para debater

criticamente o significado da participação do CBCISS no Movimento de Reconceituação da América Latina, particularmente no Brasil. O critério de escolha para estudo do documento-síntese do Encontro de Araxá foi o fato de este ser a expressão da contradição entre modernidade e tradicionalismo no Serviço Social (PAULO NETTO, 1994). A análise do documento ampliou a hipótese da pesquisa e demonstrou que o CBCISS, no período em questão, constituiu-se em instrumento institucional, formal, sistemático, operacional e legal em face das condições impostas pela autocracia burguesa, de oposição às raízes do Movimento de Reconceituação no Brasil.

Posto isso, para a investigação, foram realizados estudos de artigos selecionados dos *Cadernos verdes CBCISS* e da revista *Debates sociais*, além de ter sido feita releitura do *Documento de Araxá* e uma entrevista semiestruturada realizada com um membro da atual diretoria do CBCISS. Para exposição dos resultados parciais da pesquisa, três mediações são destacadas a partir das formulações oriundas do Seminário de Teorização do Serviço Social, que originou o *Documento de Araxá*, analisadas de forma articulada: a primeira é referente ao desenvolvimentismo e seu corolário político e econômico garantidor de um modelo vetusta, travestido de moderno, sendo a industrialização a única forma de superar a pobreza e o subdesenvolvimento. A intervenção estatal era considerada indispensável para capturar recursos e investir em setores econômicos que não interessavam ao grande capital, mantendo, a contendo, o processo de acumulação de capital e adensamento da questão social. A segunda alude ao estruturalismo enquanto miséria da razão (COUTINHO, 2010). A natureza estruturalista, ao pretender fundar um método objetivo, científico e racionalista, acaba por limitar a própria razão à aplicação de regras formais e a realidade objetiva é subsumida como matéria-prima manipulada. A terceira, por fim, é a influência neotomista, caudatária das protoformas do Serviço Social e seu legado doutrinário do humanismo cristão. A vida social, aqui, tem por finalidade a felicidade geral construída pelos homens que são, em essência, seres que necessitam viver em sociedade, com o objetivo de buscar o bem-estar de todos.

CBCISS e Movimento de Reconceituação

De acordo com Paulo Netto (1994), na década de 1960, o Serviço Social tradicional entra em crise. É o momento das grandes contestações no mundo, demarcando uma crise mundial de base urbano-industrial, expressão de uma conjuntura desgastada do padrão de acumulação capitalista. Com a desaceleração do crescimento, os Estados burgueses reestruturaram estratégias para o direcionamento dos recursos aplicados às políticas sociais e as demandas de interesses econômicos, reivindicadas pelos movimentos sociais, somam-se às reivindicações de foros sociais e culturais.

Projetos sociais diferentes, e até mesmo divergentes, acirram as contradições e explicitam os espaços de lutas e resistências das classes subalternizadas. É nessa relação que ocorre a participação do CBCISS, instituição não formadora de profissionais, mas que conta com a participação de protagonistas vinculados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Não obstante, o que está no foco do debate é a funcionalidade da profissão em contribuir para que o subdesenvolvimento seja superado. É questionada a intervenção profissional junto às expressões da questão social – objeto de trabalho dos assistentes sociais – disputando sua eficácia, eficiência e legitimidade. Evidencia-se, na primeira metade da década de 1960, uma articulação entre os profissionais da América Latina, que é diluída em torno de 1965. A razão para o desmonte dessa articulação, com vistas à superação de uma lógica conformada com o capitalismo, não é outra que não as ditaduras na América Latina, inauguradas com o Golpe de 1964 no Brasil e, depois, com os demais golpes espalhados pelo Cone Sul.

Como a Ditadura no Brasil foi um golpe arquitetado pela burguesia interna em aliança com a burguesia externa norte-americana, visando ao controle econômico, social, político e *cultural*, o delineamento desse processo no Serviço Social é a impossibilidade de incorporação de uma referência teórica e metodológica capaz de realizar a crítica à sociedade burguesa.

A relação entre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro e a ditadura civil militar sugere que o regime militar não derrubou ou deslegitimou as formas profissionais consagradas e vigentes na sua emergência e consolidação de raiz conservadora, empiricista e pragmatista (IAMAMOTO, 1992). Ao contrário, nos anos 1960/1970, há interesse pela prática tradicional do Serviço Social, pois atende a duas necessidades do Estado burguês: preservar a subalternidade profissional calcada na execução acrítica de políticas sociais e, ao mesmo tempo, impedir a expressão dos focos de resistências profissionais que se opunham aos interesses das organizações e instituições nas quais os assistentes sociais trabalhavam. A vinculação ocorre com a reorganização do Estado e com as modificações ocorridas na sociedade. Essas foram comandadas pelo grande capital, em dois níveis imbricados, porém distintos, por suas características específicas: a do seu trabalho e a da sua formação profissional (PAULO NETTO, 1994).

O lapso temporal entre 1960 e 1980 é fundamental para o estudo da bibliografia selecionada para a pesquisa, haja vista o caráter diacrônico da pesquisa e da sistematização profissional neste período. Conforme Paulo Netto (1994, p. 152-153), o “impulso organizador é praticamente monopolizado pelo CBCISS, que então abre a série dos seus importantes ‘seminários de teorização’”, que envolvem profissionais e docentes no seu interior e se coloca como representante da categoria profissional.

Essa incorporação generalizada da categoria delega ao CBCISS a sistematização da prática, o debate teórico e a ação profissional, com caráter de exclusividade, no interior dos cursos de graduação e pós-graduação. Impõe orientação, tanto no âmbito da formação profissional no interior dos cursos de Serviço Social, quanto na organização da categoria e no mercado de trabalho. Amplia o universo de interlocutores em razão da pluralidade de sujeitos e organismos envolvidos e do aumento do número de profissionais.

Essa centralidade do CBCISS tem, também, relação direta com a difusão dos conteúdos pesquisados, elaborados e difundidos durante o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Assistentes sociais de maior expressão intelectual e profissional se concentram no CBCISS, com capacidade inaudita para disseminar os eixos fundamentais da modernização da profissão em face das demandas do mercado.

Desenvolvimentismo e o lastro histórico conservador do CBCISS

De acordo com Iamamoto (1998), o contexto histórico do Movimento de Reconceituação na América Latina é perpassado num duplo dilema. O primeiro refere-se às estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem contrair as transformações do capitalismo internacional, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo. O segundo está relacionado à dominação externa que estimula a modernização e o crescimento do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Isso porque setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão responsáveis e interessados por essa situação quanto os grupos externos que dela tiram proveito.

Dependência e subdesenvolvimento são interessantes para ambos os lados. Porém, as condições históricas dos anos de 1960 apresentam um padrão de dominação assentado no imperialismo e na hegemonia norte-americana, que impedem a América Latina de atingir a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo. Apesar da invasão das grandes empresas corporativas norte-americanas, que formatarão o capitalismo monopolista brasileiro, e da relevância do processo histórico, cultural e social, a influência decisiva desta dinâmica foi política (FERNANDES, 1975, 1981). Além do fato de o novo padrão de dominação (imperialista) ser, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento da América Latina, o continente era despossuído das condições sócio-históricas e econômicas para um desenvolvimento autônomo através de uma rápida industrialização. Ademais, buscava-se suporte no modelo europeu de revolução burguesa através de mecanismos improvisados e oportunistas, que não contemplavam a realidade latino-americana.

Nesse contexto, o Serviço Social brasileiro adentra a década de 1960 com a realização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado

no Rio de Janeiro, em 1961. O congresso retrata três determinantes fundamentais para analisar o Serviço Social no período histórico demarcado da pesquisa. O primeiro busca a passagem do agente missionário da Igreja para o “agente de mudança” (CASTRO, 1984); o segundo versa sobre a descoberta de que o Serviço Social poderia contribuir para a supressão da sociedade subdesenvolvida e para construção de uma nação, de um povo e de uma economia forte. Daí “[...] decorre uma atenção especial ao social; a meta prioritária é o homem e não o crescimento econômico em si mesmo” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p. 352). O terceiro, em face do segundo, é a apropriação do Desenvolvimento de Comunidade como um novo método de intervenção profissional, dinâmico, amplo e moderno, tomado como vanguarda estratégica de intervenção, compatível com as demandas da sociedade àquela época, haja vista que ou a profissão “se sintoniza com ‘as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento’ ou se arrisca a ver seu exercício ‘relegado a um segundo plano’” (PAULO NETTO, 1994, p. 139).

Esses são os pressupostos nos quais o *Documento de Araxá* é construído, com vistas ao seu caráter promocional e à capacitação, sendo que

[...] o serviço social promove quando atua para habilitar indivíduos, grupos, comunidade e populações, fazendo-os atingir a plena realização de suas potencialidades. Sob este prisma, a ação do serviço social insere-se no processo de desenvolvimento, tomado este em sentido lato, isto é, aquele que leva à plena utilização dos recursos naturais e humanos, e, conseqüentemente, a uma realização integral do homem. Destaca-se, quanto à promoção humana, a importância do processo de conscientização como ponto de partida para fundamentação ideológica do desenvolvimento global. (CBCISS, 1969, p. 9).

Ou, ainda, tomando como pressuposto a necessidade de reformulação teórico-prática em face da realidade social presente na qual os assistentes sociais intervirão,

O esforço do serviço social, nesta perspectiva, tem em mira uma contribuição positiva ao desenvolvimento, entendido este como um processo de planejamento integrado de mudança nos aspectos econômicos, tecnológicos, socioculturais e político-administrativos. (CBCISS, 1969, p. 20)

Os assistentes sociais se propõem ao enquadramento da proposta desenvolvimentista. Está na pauta do trabalho “e da formação profissional, principalmente de pós-graduação (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988) – contribuir para as mudanças necessárias para levar a cabo o projeto desenvolvimentista, na árdua tarefa de extrair os segmentos populacionais marginalizados do progresso. No afã e na inépcia crítica, “[...] desafiado pelas exigências do processo de desenvolvimento, o serviço social vem buscando integrar-se nessa realidade em mudança como um, entre outros, instrumento

eficaz para propiciar ao homem meios à plena realização de sua condição humana” (CBCISS, 1969, p. 5).

Não obstante, a profissão recorre ao Desenvolvimento de Comunidade (DC) como um dos processos do Serviço Social, visando ao desenvolvimento e integrando ao modelo de modernização conservadora adotado pela autocracia burguesa brasileira neste período. O CBCISS, responsável pelo Encontro de Araxá e pela elaboração do *Documento de Araxá*, “define a ação profissional do serviço social como um instrumento de desenvolvimento humano (individual e coletivo) ‘em um esforço de teorização’” (FALEIROS, 2005, p. 23).

A concepção de DC contida no *Documento de Araxá* é a expressão da relação orgânica entre profissão e projeto desenvolvimentista para o enfrentamento da questão social. As funções do DC, de “deflagração dos processos de conscientização, motivação e engajamento de lideranças individuais, de grupos e instituições no sentido do desenvolvimento” (CBCISS, 1969, p. 17-18), colocavam-se na contramão das resistências de segmentos progressistas, caudatários do período que antecedeu ao golpe. Ainda, ofereciam alternativas de luta, particularmente no âmbito da política educacional e do mundo da cultura. Essas funções da profissão, operadas pelo DC, iam ao encontro do projeto de “contenção” instaurado pela autocracia burguesa pós-AI-5 (PAULO NETTO, 1994).

De acordo com o documento analisado, o DC, numa terceira fase, é definido “por uma transição caracterizada pelo reconhecimento da necessidade de atender-se a problemáticas estruturais, motivando a necessidade de estabelecimento de metas para o desenvolvimento” (CBCISS, 1969, p. 16). Além disso, também enfatiza “a criação de mecanismos de participação popular no processo de desenvolvimento” ao buscar um “melhor conhecimento da realidade nacional e regional quanto, principalmente, ao instrumental disponível e à dinâmica de comportamento das populações” (CBCISS, 1969, p. 16). Trata-se de conhecer a realidade para integração (dos indivíduos, grupos e comunidade) e de identificar comportamentos que seriam disfuncionais à modernização conservadora e opositores ao autoritarismo e ao terror de Estado. Esses indivíduos, grupos e comunidade seriam alvo de intervenção profissional.

O desenvolvimento como política econômica de aliança com o capital internacional, mas também, e principalmente, como forma de controle da questão social em suas múltiplas expressões, foi um processo para viabilizar a acumulação de capital (externo) e de alavancar a economia interna às custas do “desenvolvimento” social – ainda que pensado sob a angulação liberal-burguesa. A participação, como concepção analítica essencial para questionar o DC e abrir fendas reflexivas para o processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social (PAULO NETTO, 1994), é entendida como resultado de ações dos indivíduos na sociedade. Desse modo, levam a conclusões previstas, sendo a população responsável pela

dinâmica e funcionamento da comunidade (AMMANN, 1984). Essa é a perspectiva desenvolvimentista conectada ao *Documento de Araxá*.

A fundamentação teórica “e política” para as experiências do DC está assentada no funcionalismo, no estruturalismo e no estrutural-funcionalismo, que compreendem a comunidade, assim como os indivíduos isolados, como partes integrantes de um todo, mutuamente dependentes, com valores gerados em consenso pelos integrantes da comunidade, com “pautas sociais moralmente sancionadas” (AMMANN, 1984, p. 84). A integração social, promovida fundamentalmente pelo DC, propicia a harmonização do sistema a partir dos diversos interesses envolvidos nos diferentes “papéis” e “funções” sociais e em suas várias formas/intensidades participativas na comunidade.

Este tipo de participação objetiva a preservação da harmonia, da continuidade e da estabilização do sistema. Não persegue a mudança em dimensão estrutural-crítica, pois no funcionalismo as modificações ocorrem dentro de um sistema equilibrado, dotado de elementos automantenedores e estabilizadores. A mudança é assim representada pela passagem de um a outro estado de equilíbrio, como movimento unilinear, interno, gradual e unívoco sem a presença de conflitos relevantes ou permanentes. (AMMANN, 1984, p. 85).

A unidade aqui não é diversa. É um grande consenso comunitário. Os problemas sociais podem ser solucionados a partir do atendimento das necessidades da comunidade, tomada em suas partes. As lideranças comunitárias são responsáveis por articular os demais membros dessa comunidade na solução de seus problemas “coletivos”, haja vista a compreensão de que os problemas são particularidades da comunidade e não fazem parte da análise as relações sociais na sociedade burguesa, nem a forma como se configura a relação entre o Estado e a sociedade civil.

O estruturalismo: a cumbuca visitada pelo CBCISS

O Serviço Social, em seu processo de profissionalização, foi marcado pela tradição positivista, cuja base é o pensamento conservador, vertente fundadora das Ciências Sociais. Na década de 1960, de acordo com Paulo Netto (1994), o Serviço Social tradicional tem suas bases questionadas e entra em crise. São inclusivas dessas bases as Ciências Sociais que, historicamente, constituíram-se em importante subsídio teórico-metodológico para a profissão. A origem das Ciências Sociais está na mudança da função sócio-histórica da burguesia, como fundamentação teórica e política dos segmentos mais conservadores, interessada em perpetuar e justificar teoricamente a realidade social ao reduzir as possibilidades de uma apreensão totalizante e objetiva da realidade.

Como fundamentação teórica conservadora, o estruturalismo prima pela perpetuação e justificação teórica da realidade existente e reduz as possibilidades de apreensão totalizante e objetiva da realidade. Por isso que “a necessidade do conhecimento da realidade brasileira é pressuposto fundamental para que o serviço social possa inserir-se adequadamente [na sociedade], neste seu esforço atual de reformulação teórico-prática”, haja vista que o conhecimento é um “diagnóstico da realidade nacional [...] indispensável a um planejamento para a intervenção na realidade brasileira, com vistas à implantação de mudanças” (CBCISS, 1969, p. 20).

O *Documento de Araxá* apresenta vários “conceitos” de Serviço Social. Um deles é o de que a profissão se encontra “[...] no quadro das ciências, afirmando possuir um sistema de conhecimentos científicos, normativos e transmissíveis em torno de um objetivo comum” (CBCISS, 1969, p. 7), que “pode ser considerado como provimento de recursos indispensáveis ao desenvolvimento, à valorização e à melhoria de condições do ser humano [...]” (CBCISS, 1969, p. 9). É fato que o desenvolvimento da sociedade e os valores (éticos) calcados na influência filosófica do neotomismo são postos como objetivos do Serviço Social. A profissão, engendrada como ciência, é reconhecida na concepção formalista e não reproduz a realidade objetiva, apenas sistematiza regras formais. A totalidade é reduzida à justaposição de totalidades parciais e nega-se a característica mais profunda da dialética marxista, que toma a história como processo, introduzindo-a como elemento secundário à estrutura.

O documento caracteriza, consensualmente, a profissão “[...] no plano do conhecimento especulativo-prático, enquanto se coloca ao nível da aplicação de conhecimentos próprios ou tomado de outras ciências” (CBCISS, 1969, p. 7). O Serviço Social, como ciência ou como “disciplina”, segue o documento e “atua à base das interrelações do binômio indivíduo-sociedade. Sua teorização se processa a partir da ‘práxis’, isto é, o serviço social pesquisa e identifica os princípios inerentes à sua prática e sistematiza sua teoria” (CBCISS, 1969, p. 7).

O subsídio estruturalista direcionador do documento faz com que a concepção de teoria sofra um corte epistemológico e imprima a ruptura entre ciência e ideologia. Demonstra, pois, que somente rompendo com uma organização teórica anterior é possível chegar a uma nova formulação. A realidade vivida é fonte inaudita, inquestionável e perene da formulação teórica.

A profissão “se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas” (CBCISS, 1969, p. 7). Deste modo, a profissão precisa ter caráter corretivo, para eliminar as situações ou condições que impedem o desenvolvimento de indivíduos, grupos e comunidade, e preventivo, para antever-se aos “problemas sociais”. O caráter preventivo “é evidenciado quando se procura evitar as causas de desajuste,

inserindo elementos que possam eliminá-las fornecendo subsídios para medidas de âmbito geral” (CBCISS, 1969, p. 8).

À destruição da dialética, o estruturalismo acrescenta uma completa dissolução do materialismo. Os dois movimentos são complementares: identificando a racionalidade com o intelecto, substituindo a razão objetiva pelas regras formais subjetivas, termina-se por afirmar que a realidade exterior à consciência é um caos, cuja organização e sentido provêm de algumas regras mentais. (COUTINHO, 2010, p. 132).

A vertente teórico-cultural estruturalista é uma autorrepresentação da sociedade burguesa. Em outras palavras, o conhecimento produzido não contribui para desmistificar a positividade com que se represam as relações sociais na sociedade, ao contrário, oculta a estrutura contraditória da sociedade capitalista.

Nesse modelo de ciência, o objeto do conhecimento é um recorte do real, isolado, sem relação com a totalidade. Do mesmo modo, a razão é externa ao objeto e, portanto, o processo de conhecimento é visto como neutro e desvinculado da história; o conhecimento é uma operação formal e o método é visto como uma técnica neutra, separada da teoria.

Neotomismo e Reconceituação do Serviço Social brasileiro

Na segunda metade da década de 1960, o Estado (ditatorial) organiza e racionaliza mecanismos para gerenciar o processo de acumulação na perspectiva da modernização conservadora em prol dos monopólios.

Segundo Paulo Netto (1994), para atendimento dessa lógica econômica, a modernização conservadora exigiu um novo padrão de desempenho profissional. Associado à racionalidade burocrático-administrativa da “modernização”, passou a requisitar do assistente social – e não só “uma postura moderna no sentido de compatibilizar desempenho profissional com normas, fluxos e rotinas. A prática teve que se revestir com características formais e processuais, possibilitando o seu controle e verificação, segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e sua interseção com outros profissionais. Tais exigências favoreceram a erosão do Serviço Social tradicional, implicando um dimensionamento técnico-racional, pondo em xeque os comportamentos profissionais fundados em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias à lógica da programação organizacional. Produzir o “profissional moderno” implicou na inteira refuncionalização das agências de formação de assistentes sociais com vistas à ruptura com o confessionalismo, paroquialismo e provincianismo.

Fator determinante da busca dessa ruptura foi a incorporação dos cursos de formação em Serviço Social nas universidades, que, entre 1967 e 1968, passavam por uma crise sem precedentes no “mundo da cultura”, em

face “de um *terrorismo cultural sistemático* [...]”. É então, com o Estado autocrático burguês na sua forma e no seu conteúdo definidos que se consuma o golpe contra o ‘mundo da cultura’[...]” (PAULO NETTO, 1994, p. 82 “grifos nossos). Os efeitos desse golpe são decisivos para o Serviço Social. O que o autor denomina de vazio cultural reverberou na repressão direta aos segmentos progressistas da profissão.

Os eixos da dinâmica cultural democrática e progressista – o racionalismo, o historicismo e o humanismo – são substituídos (como anacrônicos), superados e carentes de capacidade para dar conta da ‘situação’ pelo arbítrio de uma volição individual que só encontra na existência, dos indivíduos e da sociedade, o caos e o fragmento sem sentido. (PAULO NETTO, 1994, p.83)

A Reconceituação do Serviço Social brasileiro pode ser entendida como um conjunto de características novas que a profissão articulou rearranjando suas tradições e sua assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo. Procurou, assim, investir-se da instituição de natureza profissional, dotada de legitimidade prática, com respostas às demandas sociais, à sua sistematização e validação teórica, mediante à rendição do Serviço Social como disciplina autônoma. Foi, também, um processo global que envolveu toda a profissão em decorrência da laicização, implicando na construção de um pluralismo profissional, porém, sem atenuar as contradições do cariz comum às suas vertentes.

O fundamento da instituição profissional era deslocado para bases ético-morais, a legitimação prática fluía da intencionalidade do agente e a validação teórica não possuía relevo. O esforço de validação teórica procurou dar fundamento sistemático a todos os componentes do processo profissional (análises, diagnoses etc.), e recorreu a um elenco de fontes teóricas, ideológicas e culturais para operar naquela fundamentação uma crescente diferenciação das concepções profissionais (“natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do serviço social”) (PAULO NETTO, 1994, p. 135), em face da diversificação teórico-metodológica (em oposição à homogeneidade).

O *Documento de Araxá* tem posição polarizada nesse processo em relação aos propósitos do Movimento de Reconceituação, ainda que dele sendo parte. Existe na contradição entre continuidade e ruptura com o conservadorismo.

O CBCISS, segundo um membro da diretoria atual entrevistado para a pesquisa, foi um órgão importante para o Movimento de Reconceituação, “dentro do que era possível ser feito diante do quadro de ditadura”. Reconhecia a opressão e rendia-se a ela, sem nenhuma oposição ou crítica.

Na contramão da herança cultural dos segmentos progressistas do pré-1964, que, todavia, não se constituía de esquerda, o *Documento de Araxá* resgata princípios humanistas que operam como anti-humanismo,

porque são anti-históricos. Adota como fundamento “filosófico científico” o *neotomismo*, e a vida social – em seus processos e estrutura, sob a hegemonia do capital (externo) “é explicada pela metafísica. Consta no documento que os princípios básicos da ação profissional são postulados que apresentam “os pressupostos éticos e metafísicos [...]” (CBCISS, 1969, p. 11). Os postulados da “dignidade da pessoa humana”, “da sociabilidade essencial da pessoa humana” e “da perfectibilidade humana”, ao cabo, ajustam-se em si mesmos: o homem é central e autonomizado da sociedade. Essa síntese merece explicação, haja vista que a única mediação existente entre homem, ser social e sociedade é Deus. É

O homem com um duplo destino: o temporal e o eterno. Até que chegue a eternidade, o homem deve construir a sociedade, buscando realizar o bem-comum; dessa forma é capaz de hierarquizar o natural e o sobrenatural. A tarefa do homem é lutar contra todos os desajustamentos que impeçam a ordem querida por Deus. (AGUIAR, 2011, p. 170).

O irracionalismo é a chave heurística para conceber a sociedade e o indivíduo no documento, haja vista que o neotomismo dispensa qualquer tipo de mediação histórica para compreender as relações na sociedade, porque esta é estanque e configurada numa forma, na qual a argamassa está sedimentada; por isso, é inalterável e inquestionável.

Notas finais

1 – O CBCISS fez parte do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, em oposição ao lastro cultural e crítico dos segmentos democráticos e progressistas que antecederam o golpe de 1º de abril de 1964. Por conseguinte, apartado dos interesses políticos e sociais das camadas subalternizadas da população, em detrimento dos interesses e expectativas do capital internacional, geridos na lógica da modernização conservadora;

2 – O *Documento de Araxá* é o instrumento de convergência dos interesses conservadores da sociedade burguesa e é também o seu propagador em âmbito nacional e internacional, através dos objetivos (remoto e operacionais) do Serviço Social, tais como: viabilizar condições para o desenvolvimento, valorizar o ser humano, em consonância com valores universais e em harmonia com a sociedade, “tratar problemas ou distorções residuais” que impedem a elevação de “padrões econômico-sociais compatíveis com a dignidade humana”, criar condições para a participação com vistas à integração nas mudanças eminentes na economia e no ordenamento social e político e, finalmente, pôr a cargo da profissão “implantar e dinamizar sistemas e equipamentos que permitam a consecução dos seus objetivos” (CBCISS, 1969, p. 10);

3 – Ao interpor os objetivos profissionais, os assistentes sociais devem superar a mera execução de políticas sociais e criar condições para planejá-las e administrá-las. As funções da profissão também são revistas e gravitam – porque não houve, propriamente, a investida (do próprio CBCISS) na capacitação dos assistentes sociais para assumirem as novas atribuições “em torno das políticas sociais, do planejamento e da administração dos serviços. Não obstante, esse quadro técnico contempla a funcionalidade requerida pelo Estado autocrático burguês. O Estado é imprescindível para o bem comum, supõe autoridade e, segundo os princípios neotomistas, toda autoridade é derivada do Senhor, logo, é boa e não deve ser questionada. A relação entre Igreja e Estado, fé e razão são harmônicas (AGUIAR, 2011). Como? Via estruturalismo.

4 – O estruturalismo é o recurso da base “científica” e irracional do *Documento de Araxá*. Suas bases formais, abstratas, subjetivas e despolitizadas são essenciais para proceder a adaptação e integração de indivíduos, grupos e comunidade às mudanças necessárias à autocracia burguesa para o desenvolvimento econômico, em detrimento do social.

5 – O CBCISS cumpre, pois, a função de organizar estruturalmente a profissão para minar forças e resistências democráticas oponentes ao modelo vigente.

Referências

AGUIAR, A. G. *Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

ANDER-EGG, E. La problemática de la reconceptualización del Servicio Social latinoamericano a comienzos de la década del 70. *Selecciones de Trabajo Social*, Buenos Aires, n. 12, 1970.

_____. Evolución de la metodología del Servicio Social: hacia una metodología integrada o hacia una metodología única? *Selecciones de Servicio Social*, Buenos Aires, n. 14-15, 1971.

CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora/Celats, 1984.

CBCISS. *Suplemento de debates sociais*. N. 3, ano II, ago. 1969.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXVI, nov. 2005.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

_____. O debate contemporâneo da Reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULO NETTO. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

DOI: 10.12957/rep.2017.32724

Recebido em 01 de setembro de 2017.

Aprovado para publicação em 08 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.